

## **O ENSINO PRIMÁRIO NA DÉCADA DE 1960: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO BRASIL, DO ESPÍRITO SANTO E DE SANTA TERESA**

*Eliete Aparecida Locatelli Vago\**  
*Cleonara Maria Schwartz\*\**

**Resumo:** Este artigo tece considerações acerca de mudanças sócio-políticas e econômicas ocorridas na década de 1960, a fim de compreender tensões que perpassaram o ensino primário em âmbito nacional, estadual e municipal. Para isso, dialogamos com autores que discorreram sobre essa temática e fizemos uso de legislações, relatórios e mensagens do governo do estado do Espírito Santo da década de 1960, atas de reuniões pedagógicas das escolas primárias teresenses e atas de reuniões da Câmara Municipal de Santa Teresa (ES). O diálogo empreendido possibilitou inferir que avanços e retrocessos vividos na educação no Brasil e no estado do Espírito Santo também se refletiram no município de Santa Teresa (ES).

**Palavras-chave:** Educação; Escola primária; Década de 1960.

**Abstract:** This article is part of the research performed in master and aims to point out some of socio-political and economic conditions that occurred in the 1960s in order to understand the relationships that affected primary education at the national, state and municipal scope. For this, we dialogue with authors who spoke about this issue and made use of legislation, reports and messages from the government of the state of Espírito Santo in the 1960s, minutes of meeting teaching of teresense primary schools and minutes of meetings of the City Council of Santa Teresa (ES). The dialogue undertaken made possible to infer that the advances and setbacks experienced in education in Brazil and in the state of Espírito Santo were also reflected in the town of Santa Teresa (ES).

**Keywords:** Education; Elementary School; 1960s.

\*\*\*

[...] mais que nos tempos de calmaria, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola (JULIA, 2001, p. 19).

---

\* Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2013). Especialista em Biblioteconomia pela Faculdades Integradas de Jacarepaguá (2010). Graduada em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (2009). Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo *Campus* Santa Teresa.

\*\* Possui graduação em Letras - Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (1989), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (1997), Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2004) e Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (2012). Atualmente é professora da Universidade Federal do Espírito Santo, Coordenadora do Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo (LAGEBES), Vice-coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização, Leitura e Escrita do Espírito Santo (NEPALES) e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE).

## **Palavras iniciais**

**D**ominique Julia (2001) alerta que, para compreendermos a escola e sua cultura em um determinado espaço/tempo, faz-se necessário uma análise das relações conflituosas ou não que essa instituição mantém com o contexto no qual se insere em cada período de sua história. Partindo desse alerta, buscamos neste artigo, que é parte da pesquisa realizada no mestrado, pontuar algumas mudanças sócio-políticas e econômicas ocorridas na década de 1960, a fim de compreender tensões que afetaram o ensino primário em âmbito nacional, estadual e municipal. Para isso, nos apoiamos em autores que discorreram sobre essa temática e fizemos uso, também, de legislações, relatórios e mensagens do governo do estado do Espírito Santo da década de 1960, atas de reuniões pedagógicas das escolas primárias teresenses e atas de reuniões da Câmara Municipal de Santa Teresa (ES).

Vale destacar que a década de 1960 é caracterizada como um período em que, “[...] no que diz respeito à economia, o Brasil acabava de sair de uma estrutura agrária exportadora para uma industrial” (SCHWARTZ, 2011, p. 9), enquanto que, nos contextos político e social, “[...] o país caminhou de momentos de forte presença popular, [...] para um momento de regulação social com o Golpe Militar de 1964, que impediu o avanço das forças populares e rompeu com o período democrático” (SCHWARTZ, 2011, p. 9). É importante destacar ainda que tomamos para reflexão, nesse momento do estudo, o recorte temporal compreendido entre o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (pelo fato de esse governo ter iniciado nos anos finais da década de 1950 e estender-se até o ano de 1961) e o período chamado “Milagre Brasileiro”<sup>1</sup> que se iniciou no final da década de 1960.

## **Do Governo de Juscelino Kubitschek ao golpe de 1964**

Os anos de governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) foram considerados como anos de estabilidade política, permeados de um otimismo e altos índices de crescimento econômico (RIBEIRO, 2003). Os “cinquenta anos em cinco”, lema da propaganda oficial do governo de JK,<sup>2</sup> juntaram-se, com sua posse, ao apoio de significativos setores da sociedade brasileira obtendo um ambiente de paz social e favorável às ações governamentais. Implantando uma confiança no efetivo desenvolvimento nacional, estabelecia-se um clima contrário ao complexo de inferioridade que perpassou o país na época colonial (RIBEIRO, 2003). Havia uma disposição em garantir o regime democrático, no entanto, com certas ressalvas.

O grande fluxo de capital estrangeiro no país, no transcorrer do governo de JK, tornou-se um dos principais fatores responsáveis pelo desenvolvimento industrial ocorrido naquele

---

<sup>1</sup> Expressão tomada de Boris Fausto (1995) para designar o período de extraordinário crescimento econômico do país que compreendeu-se entre 1969 a 1973. Esclarecemos também que, mesmo citando a nomenclatura que equivale ao período integral do chamado “Milagre Brasileiro”, nosso estudo se deteve a aspectos referentes ao início desse período por tratarmos sobre a década de 1960.

<sup>2</sup> A expressão remete-se a forma utilizada por Boris Fausto para denominar o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

espaço/tempo. Assistia-se a uma tentativa de conciliar o modelo nacional-desenvolvimentista com o modelo econômico de substituição de importações. Com a entrada do grande fluxo de capitais estrangeiros no país sob a forma de grandes empresas, expressavam-se as características embrionárias de uma nova política econômica adotada no Brasil (RIBEIRO, 2003).

Desse modo, “[...] os anos de 1956 a 1961 constituíram o período ‘áureo’ do desenvolvimento econômico, aumentando as possibilidades de emprego, mas concentrando os lucros marcadamente em setores minoritários internos e, mais que tudo, externos” (RIBEIRO, 2003, p. 154). Nesse cenário, inegáveis também foram as grandes realizações do “Programa de Metas” implantadas no país através do governo de JK, que, em contrapartida, protagonizou interesses distintos e antagônicos que deixaram como herança significativos problemas para seus sucessores governamentais.

O estado do Espírito Santo, no final da década de 1950, mais precisamente em 31 de janeiro do ano de 1959, assistiu ao retorno de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg para o Poder Executivo do Governo Estadual. Carlos Lindenberg, que havia realizado seu primeiro mandato nos anos de 1947 a 1950, primava pela questão do equilíbrio orçamentário. Fato que também se fez presente no seu segundo mandato e que ficou evidente em sua mensagem proferida em janeiro de 1960 ao afirmar que, “impunha-se traçar como diretriz básica para o primeiro ano de administração a mais rígida política financeira, consubstanciada na repressão aos gastos supérfluos e no aprimoramento do aparelho fiscal [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1960, p. 10). Desse modo, nos dois primeiros anos do governo Carlos Lindenberg, as atenções se voltaram principalmente para o saneamento financeiro e para os setores da produção cafeeira e energia elétrica (SILVA, 1995). Silva (1995, p. 352) afirma ainda que, “[...] praticamente, todo o primeiro ano de sua gestão foi destinado a colocar em prática medidas restauradoras” (SILVA, 1995, p. 352).

O processo acelerado de industrialização e a execução do “Plano de Metas” do governo JK mudaram os rumos da política econômica espírito-santense e conseqüentemente a gestão do governo Carlos Lindenberg. A partir de então, buscou-se articular “[...] meios de dinamizar o ritmo lento da industrialização capixaba” (SILVA, 1995, p. 359), que se fez necessário, principalmente, “[...] a partir de 1961, com o acirramento da crise da economia cafeeira [...]” (SILVA, 1995, p. 362).

Em Santa Teresa (ES), no ano de 1959, tomava posse o novo prefeito Darly Nerty Vervloet responsável por administrar o município que por ocasião do Recenseamento Geral de 1950 contava com 21.926 habitantes, sendo que 92,82% pertenciam ao quadro rural, enquanto que 4,2% correspondiam ao quadro urbano da população. Ainda de acordo com os dados do recenseamento, o município, naquele momento da história, dispunha de uma economia essencialmente rural, mantinha 86% de sua população ativa com mais de dez anos de idade no ramo da agricultura, da pecuária e da silvicultura, tendo o café como o produto basilar da economia teresense (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959).

No Brasil, o ano de 1961 iniciou-se com a sucessão de JK pelo presidente eleito Jânio Quadros. A presidência de Jânio representava esperanças de futuro para o país que enfrentava grandes dificuldades, porém o governo de Jânio teve uma duração de menos de sete meses e

culminou em sua renúncia. As esperanças de futuro foram substituídas por uma grave crise política e uma acirrada disputa pelo poder. Após resistências, em setembro do mesmo ano, João Goulart sucedeu Jânio Quadros e iniciou um governo com poderes restringidos pelo sistema parlamentarista (FAUSTO, 1995). Ainda no governo de Goulart, a partir de 1963 retornava no Brasil o sistema presidencialista que buscava enfrentar os problemas econômico-financeiros do país.

Como uma estratégia utilizada para alcançar o crescimento econômico, as reformas sociais e o combate à inflação, que escalava altos índices, foi lançado o Plano Trienal, cuja finalidade era tentar resolver os problemas de longo e curto prazo. Entretanto, o plano dependia da colaboração dos setores que dispunham de voz na sociedade, fato que não se concretizou e assim o plano fracassou. O governo de Goulart adotou ainda, medidas que desagradaram os partidários de um golpe militar, o que culminou no Golpe de 1964 (FAUSTO, 1995).

No cenário das políticas educacionais, o ensino primário no Brasil ficava sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1930 e “[...] dessa época em diante houve uma maior preocupação em traçar um projeto nacional de educação [...]” (VEIGA, 2007, p. 238), uma vez que, antes da criação do ministério (em 1930), as reformas ocorriam de maneira autônoma em cada estado. No ano de 1953, o Ministério da Educação e Saúde Pública se desmembrou e passou a Ministério da Educação e Cultura (MEC). Com esse desmembramento, ganharam destaque, também, os apelos pela democratização da escola sob a forma de debates teóricos e políticos, bem como os movimentos populares pela defesa da escola pública e gratuita, que foram calados a partir do ano de 1964 com o regime militar. Cabe ressaltar, que no ano de 1932 foi assinado, por um grupo de 26 intelectuais, o documento intitulado “A reconstrução educacional no Brasil: manifesto dos pioneiros da educação nova” que defendia de maneira unificada a escola pública e representava a “[...] consolidação da liderança de um grupo frente à necessidade de renovação educacional” (VEIGA, 2007, p. 287).

Como pôde ser visto, esse período foi marcado por conflitos ocasionados por diferentes interesses. Nesse contexto, foi lançada a Campanha em Defesa da Escola Pública, integrada por educadores da velha e da nova geração, líderes sindicais e estudantis. Em 1959, como parte integrante dessa campanha, foi publicado outro manifesto denominado, “Mais uma vez convocados”, representando a reação de um conjunto de intelectuais que se manifestavam contra a situação geral do ensino e os rumos que a educação pública estava tomando no país (VEIGA, 2007).

Dentre as várias reformas de cunho nacional, destacamos aqui a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que se deu no ano de 1961 (VEIGA, 2007). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que ficou conhecida como LDB foi aprovada em 20 de dezembro de 1961, representando para o país um avanço em relação à unificação do sistema de ensino e sua descentralização, porém não teve condições de estar alheia às intervenções das lutas ideológicas. A saga iniciada em 1948, quando Clemente Mariani instalou uma comissão para elaborar um projeto de lei sobre as diretrizes e bases da educação brasileira, perdurou por treze anos até se consolidar. O projeto das diretrizes e bases da

educação foi encaminhado à Câmara Federal em novembro de 1948 e, devido a divergências de interesses, somente em dezembro de 1961 foi promulgado como lei (VEIGA, 2007).

Mesmo configurando um avanço no sistema educacional brasileiro, constatou-se que a LDB (1961) “[...] beneficiou francamente a iniciativa privada, ao mesmo tempo em que não criou as condições para favorecer educação ampliada e de qualidade a toda população” (VEIGA, 2007, p. 290). Desse modo, a educação continuava tendo o seu destino determinado em decorrência da forma como o poder era organizado, prevalecendo as vozes dos grupos com maior representatividade no governo.

A LDB (1961), no âmbito do ensino primário, manteve a continuidade da autonomia administrativa dos estados em relação a esse nível de ensino e estabeleceu parâmetros gerais para todo o território nacional. Desse modo, a Lei nº 4.024/1961 impulsionou as instituições escolares a realizarem reformulações no currículo por não prescrever um currículo fixo para todo o país, dando abertura para que os estados organizassem os seus sistemas de ensino (SCHWARTZ, 2011).

A respeito da Lei nº 4.024/1961, Veiga (2007, p. 285) acrescenta que

[...] não alterou a estrutura do ensino primário em relação às leis orgânicas de 1946: educação pré-primária (para crianças de até 7 anos, escola maternal e jardim-de-infância) e ensino primário (com duração de quatro ou seis anos, no caso de iniciação técnica). A LDB estipulava ainda que empresas com mais de 100 funcionários oferecessem ensino primário aos funcionários e a seus filhos. Salvo honrosas exceções tal dispositivo não foi cumprido, mas evidencia outra estratégia de omissão estatal na oferta da escolaridade básica.

Ainda sobre a LDB promulgada no ano de 1961, Veiga (2007) destaca, também, que se manteve a dualidade histórica, reafirmando a disparidade na formação docente, não apresentando alterações no quadro de profissionalização dos professores primários. Na época, os professores primários possuíam formação profissional diferenciadas, o que levava ao atendimento também de públicos distintos. Assim, professores sem habilitação em curso normal, denominados de “leigos”, não podiam atuar nos grupos escolares e trabalhavam com alunos de outras escolas, que, de acordo com a denominação recebida no estado do Espírito Santo até 1963, entendemos como escolas isoladas, escolas reunidas e escola supletiva.

Em um contexto crítico, conturbado, porém, renovador e fecundo, a mesma lei que em seu Artigo 1º assegurava uma educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, mais uma vez, não garantia que o Estado brasileiro assumisse o compromisso constitucional de prover educação para todos (VEIGA, 2007). Desse modo, a lei, por si só, não podia garantir a modificação da realidade que apresentava disparidades no contexto político educacional do país e “[...] não introduziu mudanças na organização do ensino que já estava em vigor desde os anos de 1940” (SCHWARTZ, 2011, p. 7). A lei que entrou em vigência em 1962 não deu conta de combater os graves problemas educacionais como o analfabetismo, a seletividade e o fracasso escolar no país (SCHWARTZ, 2011).

Diante das questões que angustiavam o campo educacional no Brasil, desde a década de 1950, o ensino primário vinha sendo alvo de iniciativas de renovação com base na defesa da universalização da escola pública e gratuita (SOUZA, 2008a). No entanto, iniciaram-se os

anos de 1960 com muitos e graves problemas. Assim sendo, Souza (2008a, p. 243) destaca, com base no Plano Nacional de Educação, que, “[...] no início dos anos 60, a rede de ensino primário brasileiro não chegava a atender 60% das crianças em idade escolar, ou seja, os 12 milhões de crianças de 7 a 14 anos de idade”, fato que se agravava com a grande evasão que se fazia presente entre a primeira e a quarta série primária.

Aos problemas do ensino primário no Brasil somavam-se, também, o alto índice de repetência, a má qualidade da formação dos docentes, os baixos salários, as precárias condições das escolas rurais, o tradicionalismo nas práticas de ensino, as dificuldades enfrentadas pelas condições de trabalho oferecidas e na execução do programa de ensino (SOUZA, 2008a), além da “[...] enorme seletividade escolar que forçava a saída precoce das crianças dos bancos escolares” (SOUZA, 2008a, p. 243).

Diante deste contexto, algumas medidas foram implementadas, como por exemplo, o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, no governo de JK, em 1956, e viabilizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas (INEP). Convergindo para o ensino primário, o programa visava à qualificação do professor e a produção de material didático, principalmente de livros. Tal proposta encontrou resistências no país, sendo denunciada como “a americanização da educação” e permaneceu como ação primordial no contexto educacional brasileiro até 1964 (VEIGA, 2007).

Outra medida implementada, na tentativa de melhorar a situação do ensino primário, foi o Plano Nacional de Educação que, “[...] previa assumir a obrigação de matricular 100% das crianças de 7 a 11 anos até a 4ª série e de munir até 1970 o sistema escolar com professores primários diplomados” (SCHWARTZ, 2011, p. 10), mas o Plano também foi extinto com o Golpe Militar de 1964. Ante ao exposto, entendemos que as iniciativas que previam melhorias sempre existiram, porém, por diferentes interesses, a educação continuou com sérios problemas que se constituíram em desafios até o final dos anos de 1960 e décadas seguintes.

No estado do Espírito Santo, a década de 1960 iniciou-se “carregando” resquícios de uma educação que não aparentava ser prioridade na década anterior, pois as instituições educacionais apresentavam-se com instalações precárias, deficiência de material escolar, além do número insuficiente de docentes, o que se juntava à falta de formação e aperfeiçoamento profissional (ZUNTI, 2008).

A mensagem de Carlos Lindenberg (1960), proferida em ocasião do transcurso do seu primeiro ano de governo, pontuava as medidas tomadas na tentativa de obter mudanças nesse quadro educacional. Dentre essas medidas, o governador enfatizou, em seu discurso, o incentivo às normalistas que exerciam a profissão nos municípios do interior do estado, como, por exemplo, Ecoporanga, Mucurici, Mantenópolis, dentre outros municípios, cuja tentativa era de ampliar a difusão do ensino em locais distantes dos centros urbanos; a vigência do decreto que colocava à disposição um número elevado de professoras que se encontravam afastadas de suas cadeiras; a revogação da lei que ensejava privilégios a algumas normalistas; o atendimento às necessidades da população rural com docentes de emergência; a elevação do nível técnico do professorado através dos cursos oferecidos aos professores primários e o

plano de construção de escolas rurais em conjunto com esforços federais, estaduais, municipais e das próprias comunidades (ESPÍRITO SANTO, 1960).

Ainda com os esforços despendidos pelo governo, o pronunciamento de Carlos Lindenberg, no ano de 1961, deixava evidente que a educação no estado do Espírito Santo continuava amargando sérios problemas, mesmo diante das severas medidas que o governo vinha adotando, principalmente no ensino primário. As preocupações para com esse nível de ensino se davam pela busca de erradicar o analfabetismo, pois, na época, o índice de analfabetos registrado no estado apresentava-se superior à média nacional (ESPÍRITO SANTO, 1961a).

Ao quadro precário do ensino primário espírito-santense, juntavam-se também, os índices de evasão e de reprovação que permaneciam em alta, pois o número de alunos em idade de 7 a 14 anos que frequentavam a escola primária deixava evidente que um grande número de crianças ficava fora dela. Essas incontestáveis negativas levaram à implantação no estado de um Plano Educacional de Emergência (ZUNTI, 2008).

O Plano Educacional de Emergência, que se constituiu no segundo pilar básico dos objetivos da Política de Desenvolvimento Sócio-Econômico do Governo Francisco Lacerda de Aguiar (sucessor de Carlos Lindenberg), visava erradicar o analfabetismo no Espírito Santo (SILVA, 1995). O governador Lacerda de Aguiar, que esteve na direção do Poder Executivo Estadual nos anos de 1963 a início de 1966, dispunha do apoio do Governo da União, o que lhe permitiu significativos financiamentos para o estado. Desse modo, a implementação do Plano Educacional de Emergência contou com relevantes dotações orçamentárias que permitiram ações que vieram aumentar o número de salas e matrículas no Espírito Santo, além da introdução de novos métodos de ensino.

Há de se frisar que boa parte do Plano Educacional de Emergência implantado no governo Lacerda de Aguiar foi executado no ano de 1964. Fato que se atesta nas palavras de Silva (1995, p. 429), ao pontuar as realizações do governo para o nível do ensino primário, quando,

[...] foram construídas 237 Escolas Singulares, em diversas localidades; 13 Grupos Escolares, o que resultou na obtenção de 68 novas salas, em diversas sedes municipais, e permitiu a instalação de 208 novas classes; bem como adquiriram-se carteiras duplas e material didático para equipá-las.

Essas realizações de Lacerda de Aguiar, nos seus dois primeiros anos de governo, indicaram que foi privilegiada tanto a área física, como a pedagógica da educação capixaba e, para fazer funcionar a nova política educacional, Lacerda aumentou também o quadro de professores primários, além de implementar medidas para atualizar e aprimorar o corpo docente com a realização de diversos cursos e treinamentos. As ações incentivadas pelo Plano Trienal, pelo Fundo Nacional de Ensino Primário e Salário Educação, implementados pela Lei 4.440, de 27 de outubro de 1964, sinalizaram para um período em que a educação passou a receber mais atenção das políticas públicas (ZUNTI, 2008).

Em Santa Teresa (ES), conforme o Departamento Estadual de Estatística do Estado do Espírito Santo, o primeiro semestre do ano de 1960 apresentava um quadro de 3.628 matrículas gerais e 3.252 matrículas efetivas no Ensino Primário Geral. Essas matrículas efetivas estavam distribuídas num total de 92 unidades escolares, sendo que 89 faziam parte

da rede pública e apenas 3 da rede privada de ensino. Segundo a localização, essas unidades de ensino eram predominantemente rurais, pois 83 escolas localizavam-se na zona rural do município (ESPÍRITO SANTO, 1961b) e era nesses estabelecimentos que se apresentava um maior número de situações que dificultavam o bom andamento da vida escolar.

Essas situações se atestam nas atas de reuniões pedagógicas da Delegacia de Ensino<sup>3</sup> de São Roque, que tinha por finalidade “[...] orientar e assistir melhor as Escolas e sanar as dificuldades [...]” (DELEGACIA DE ENSINO DE SÃO ROQUE, 1961, p. 1). Nesse sentido, as atas referentes aos anos de 1961 e 1962 dessa Delegacia de Ensino revelavam as dificuldades das professoras que atuavam nessas escolas, principalmente nos locais mais distantes no interior do município.

Os relatos das professoras vinculadas a essa Delegacia de Ensino confirmavam problemas vividos na época como a não distribuição da merenda escolar devido à falta de transporte que a fizesse chegar até a escola, a falta de fogão para o preparo dessa merenda, o péssimo estado de conservação de carteiras, frequência escolar baixa devido à colheita do café, falta de quadro negro, dentre outros aspectos que denunciavam as poucas condições de trabalho do corpo docente que atuava nesse espaço/tempo na zona rural do município teresense (DELEGACIA DE ENSINO DE SÃO ROQUE, 1961).

Quanto ao corpo docente do município de Santa Teresa (ES), o ano de 1960 iniciou com 109 professores, sendo que desses 48 professores eram normalistas, enquanto 61 eram denominados como não normalista (ESPÍRITO SANTO, 1962). Esses índices nos levam à compreensão de que o ensino primário do município iniciou a década de 1960 com um grande número de professores leigos, ou seja, permanecia a falta de professores formados em curso normal. Assim sendo, esse nível de ensino continuou, na década de 1960, valendo-se desses docentes de emergência como ocorria na década de 1950 (SANTA TERESA (ES), 1964).<sup>4</sup>

Em se tratando de ações governamentais, o Prefeito Darly Nerty Vervloet, no ano de 1961, assinou um contrato e resolveu um sério problema do município que era a falta de energia elétrica. Ainda no mesmo ano, o município, que contava com uma população estimada em 25.092 habitantes, assistiu a um período de desenvolvimento industrial no povoado de São Roque, onde se instalaram quatro fábricas de esquadrias e tacos (BIASUTTI, 1994). É datada desse período, também, a inauguração de prédios escolares localizados em Alto Santa Júlia e Baixo Santa Júlia, construção do prédio do Ginásio Teresense, desapropriação do prédio onde funcionava a escola de ensino primário de Santa Luzia e a construção das instalações higiênicas do referido prédio, dentre outras ações realizadas pelo Poder Executivo Municipal da época (SANTA TERESA (ES), 1961).

---

<sup>3</sup> No ano de 1961, conforme consta na Ata de Reunião Pedagógica da Delegacia de Ensino de São João de Petrópolis, Santa Teresa-ES (1961), o município estava provido de uma Delegacia Regional do Ensino estabelecida na Sede e mais duas Delegacias Distritais, sendo uma localizada em São João de Petrópolis e outra em São Roque com a finalidade de dar maior assistência às escolas e ao professorado. As Delegacias de Ensino foram substituídas pelos Núcleos de Supervisão na gestão do governador Cristiano Dias Lopes Filho como uma das medidas para alcançar resultados mais positivos para os problemas de ordem administrativa e pedagógica do ensino.

<sup>4</sup> A afirmação é fundamentada na Lei Municipal nº 382, de 24 de dezembro de 1963, que orça a receita e fixa a despesa do município de Santa Teresa (ES), para o exercício de 1964. Dentre as despesas apresentadas na Receita Geral do município consta discriminadas o valor a ser gasto com os docentes de emergência para o exercício do ano de 1964.

Em agosto de 1962, os documentos oficiais<sup>5</sup> atestavam o afastamento de Darly Nerty Vervloet que se licencia do cargo para candidatar-se na política estadual. Assim, o prefeito é substituído pelo Presidente da Câmara Armando Rocon por um período provisório. Rocon fica no comando do executivo teresense até a posse do novo gestor do município, Frederico Giuberti, que governou de janeiro de 1963 até janeiro de 1967 (BIASUTTI, 1994).

### **Do golpe militar ao “milagre brasileiro”**

Em abril de 1964, o golpe militar foi anunciado e João Goulart afastado da presidência. “[...] Era o fim da experiência democrática do período 1945-1964. Pela primeira vez na história do país, os militares assumiam o poder com a perspectiva de aí permanecer, começando a instaurar um regime autoritário” (FAUSTO, 1995, p. 461). O Golpe Militar se sustentava aparentemente na suposição de livrar o país da corrupção e do comunismo com a finalidade de restaurar a democracia, mas o novo regime tomou outros rumos através da emissão de decretos, chamados de Atos Institucionais (FAUSTO, 1995). O novo regime, que violava os princípios básicos da democracia e reforçava a centralização das ações no Poder Executivo, não assumia explicitamente seu caráter autoritário, no entanto, as repressões aos civis, que desempenhavam um papel expressivo na sociedade, evidenciavam as reais intenções do Governo Militar e espelhavam o clima de medo e delações que se instalou no país (FAUSTO, 1995).

Com o golpe, estabeleceu-se também a eleição indireta de um novo presidente da República, uma vez que, “[...] o regime militar rompeu claramente com a prática do governo Goulart, baseada no esquema populista, que incluía a tentativa fracassada de promover o desenvolvimento autônomo, a partir da burguesia nacional” (FAUSTO, 1995, p. 514). Assim, é eleito por votação indireta do Congresso Nacional o general Humberto de Alencar Castelo Branco que governou o país de abril de 1964 até janeiro de 1966. O “grupo castelista”<sup>6</sup> tinha por objetivo, no plano político, instituir uma “democracia restringida” e, no plano da economia, reformar o sistema econômico, modernizando-o (FAUSTO, 1995).

Tanto no governo de Castelo Branco, como nos demais Governos Militares que o sucederam, o país foi administrado através dos Atos Institucionais que estabeleciam medidas e objetivavam reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do Congresso. Os Atos Institucionais suspenderam e autorizaram direitos políticos em nível municipal, estadual e federal, expurgaram cargos no serviço público, estabeleceram eleições indiretas para presidente e governador, extinguíram partidos políticos existentes, dentre outras ações que reforçavam os poderes do presidente da República (FAUSTO, 1995).

O general Arthur da Costa e Silva sucedeu Castelo Branco no governo e tomou posse em março de 1967, permanecendo no poder até agosto de 1969, quando é substituído pela Junta Militar. Nesse período, os Atos Institucionais continuaram a estabelecer a ordem

---

<sup>5</sup> Esclarecemos que a expressão “documentos oficiais” que mencionamos trata-se da Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Santa Teresa de 21 de agosto de 1962 e o ofício do Senhor Prefeito ao Legislativo que está mencionado na escrita da referida ata.

<sup>6</sup> Expressão usada por Boris Fausto para denominar o grupo que fazia parte do governo de Humberto de Alencar Castelo Branco.

imposta pelo Regime Militar que, nesse momento, era representado por um presidente que concentrava as esperanças da linha-dura<sup>7</sup> e dos nacionalistas autoritários das Forças Armadas (FAUSTO, 1995). Por outro lado, cabe ressaltar que Costa e Silva não se tornou um instrumento da linha-dura e “[...] levando em conta as pressões existentes na sociedade, estabeleceu pontes com a oposição moderada e tratou de ouvir os discordantes” (FAUSTO, 1995, p. 477).

A oposição vinha se rearticulando e o ano de 1968 ficou marcado na história pela luta de redemocratização do país. Assim como no Brasil, “em vários países, os jovens se rebelaram, embalados pelo sonho de um mundo novo” (FAUSTO, 1995, p. 477). Num clima de tensões e esperanças, o Brasil viveu um momento de efeitos visíveis no plano da cultura em geral e da arte, com destaque para a música popular. Deu-se um impulso na mobilização social, mas em contrapartida cresceu também a ocorrência de novos atos de violência, estabeleceu-se veemente a censura aos meios de comunicação, a tortura e a repressão passaram a fazer parte dos métodos de um governo que a cada dia mais se tornava uma ditadura brutal (FAUSTO, 1995).

Enquanto “[...] o país vivia um dos seus períodos políticos mais tenebrosos, o governo alcançava êxitos na área econômica, [...] começava assim, o período do chamado ‘milagre econômico’” (FAUSTO, 1995, p. 482), que se deu no Governo do general Emílio Garrastazu Médice. O Governo Médice se estendeu de outubro de 1969 a março de 1974 e abrangeu o período do “Milagre Brasileiro”, quando o país combinou o extraordinário crescimento econômico com baixas taxas de inflação. É bom lembrar que, mesmo diante do período mais repressivo da história brasileira, representado pela Ditadura Militar, a política econômica variou com os governos e, “[...] se nem tudo mudou, muita coisa mudou. O modelo que se esboçara no período Juscelino tomou ampla dimensão” (FAUSTO, 1995, p. 514).

A situação da educação brasileira configurada a partir do Golpe Militar deu visibilidade a reformas que alteraram significativamente esse campo. A esse respeito, Saviani (2006, p. 41) afirma que, “[...] sob a égide do regime militar implantado em 1964, desencadeou-se um processo de reorientação geral do ensino no país”. Desse modo, a década de 1960 foi considerada uma época de intensa experimentação educativa, ensejada pela hegemonia do movimento renovador que assinalou seu esgotamento no final dos anos de 1960 (SAVIANI, 2006).

Schwartz (2011) aponta para o fato de que com a instauração do regime militar o governo optou por administrar a educação firmando convênios com organismos estrangeiros, através dos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency International for Development (MEC/USAID). O estudo da pesquisadora nos permite compreender que as experiências da Pedagogia Nova, que visavam urgentes mudanças na escola com métodos e programas de ensino renovados, foram abortadas cedendo lugar a determinações de técnicos estrangeiros para o direcionamento da educação nacional.

---

<sup>7</sup> Esclareçamos que não encontramos uma definição exata do termo “linha-dura” na obra de Boris Fausto, *História do Brasil* (1995). No entanto, através de leituras entendemos que a expressão “linha-dura” representava um grupo de militares das Forças Armadas que sustentavam a tese de livrar o país da corrupção e do comunismo, mas para isso usavam meios como a repressão e a tortura, estabelecendo um terror político.

À pontuação de Schwartz (2011), soma-se a contribuição de Ribeiro (2003) que acrescenta que tais ações do governo ocasionavam intensa campanha contrária principalmente por parte da União Nacional dos Estudantes (UNE). A UNE denunciava a subordinação da educação brasileira aos interesses norte-americanos.

Nesse contexto, entre os anos de 1964 e 1971, com a finalidade de reformar a educação brasileira, o governo foi firmando o convênio MEC/USAID, que “[...] previa assistência financeira e assessoria técnica a órgãos e instituições educacionais” (VEIGA, 2007, p. 310). Em contrapartida, os acordos acabaram por interferir na reforma universitária de 1968 e na segunda Lei de Diretrizes Bases de Educação Nacional de 1971 (VEIGA, 2007), uma vez que as mudanças que foram anunciadas com o novo regime somente se tornaram mais profundas e visíveis no final da década de 1960.

Segundo Schwartz (2011), a década de 1960 apresentou dois regimes de governo, os quais resultaram em dois projetos distintos de educação que se deram antes e depois do Golpe Militar de 1964. Assim sendo, até 1964 a organização da política educacional contou com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/1961) e do Plano Nacional de Educação e, após 1964, com a aprovação da Lei de Reforma do Ensino Superior (Lei nº 5.540/68) e dos Decretos-Lei 5.379/67 e 62.484/67 de criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Desse modo, seria de se esperar que o contexto educacional tivesse mudanças expressivas no que tange a organização administrativa e pedagógica do ensino. No entanto, em relação ao ensino primário, Schwartz (2011) assegura que, após 1964, não houve reformulações legais na organização desse nível de ensino, que permaneceu com a mesma ordenação da década de 1940.

Mesmo que não tenha sido contemplada com reformulações legais, essa década foi permeada por discurso em prol de renovações pedagógicas, que ficavam a cargo em grande parte das orientações do PABAE. Essas orientações incidiram sobre o currículo e os métodos de ensino e apregoavam a adoção do método global (SOUZA, 2008a). De acordo com Souza (2008a, p. 246), “[...] a renovação pedagógica deu ênfase aos projetos de Unidades Didáticas, leituras de jornais, exposição de criatividade, jogos, entre outras indicações metodológicas”, as quais se davam como tentativas de mudanças no modelo de escola primária existente, que era “[...] centrada na transmissão dos conteúdos, no cumprimento dos programas, nos exames formais e ritualizados, na relação professor-aluno pautada na autoridade, no respeito, no controle e na obediência” (SOUZA, 2008a, p. 244).

Nesse contexto, o ensino primário brasileiro encerrou a década de 1960 registrando uma pequena, porém significativa, melhora na capacidade de retenção do aluno na escola. Vale lembrar que os altos índices de repetência e de evasão eram problemas tradicionais da educação brasileira. O final da década também registrou uma melhora com relação ao analfabetismo, quando a alfabetização, com o MOBRAL, passou a ser vinculada à “participação” na vida econômica, ou seja, uma alfabetização funcional que estava relacionada com o desenvolvimento do país (RIBEIRO, 2003).

Desse modo, é “[...] neste contexto de pressões sociais e políticas de diferentes origens, surgidas dentro de limites bastante marcados, que acontece uma significativa alteração, mais de ordem quantitativa que qualitativa, na organização escolar brasileira”

(RIBEIRO, 2003, p. 199) e foi com a promulgação da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que o ensino primário sofreu muitas reformas, embora não tenham sido efetivadas na íntegra (VEIGA, 2007). No entanto, por ser um período não coberto por esta pesquisa, tais reformas não serão tratadas neste trabalho.

O estado do Espírito Santo, como já foi dito anteriormente, no ano de 1964 estava sob a direção do governo Lacerda de Aguiar que, após o golpe militar, não teve suas ações governamentais interrompidas de imediato. Entretanto, na medida em que o movimento se consolidou no país, o estado passou a sofrer reflexos do golpe gradativamente (SILVA, 1995). Agregados aos reflexos do Golpe Militar irromperam também as articulações das forças políticas opositoras ao governo que levaram Lacerda de Aguiar a renunciar definitivamente à direção do Executivo do Estado. Com a renúncia do governador, em 1º de fevereiro de 1966, Rubens Rangel assumiu a liderança do governo estadual e não introduziu mudanças na política regional (ZUNTI, 2008).

No que tange as políticas educacionais, a partir de meados da década de 1960, elas refletiram o processo econômico e social do estado, uma vez que “[...] as transformações econômicas do Espírito Santo seriam administradas com vistas a incorporá-lo no movimento de expansão do capitalismo brasileiro” (ZUNTI, 2008, p. 46). Assim, a industrialização capixaba era a ordem prioritária das ações governamentais, fato que nos permite compreender porque a educação ficou em segundo plano naquele momento da história.

De janeiro de 1967 até março de 1971 a gestão do Poder Executivo estadual ficou sob a responsabilidade de Cristiano Dias Lopes Filho que assumiu o governo por indicação do Regime Militar e através de eleições indiretas. O governo de Cristiano Lopes, que, além de, promover uma reforma administrativa, tinha suas ações voltadas a um crescente processo de industrialização, promoveu no ano de 1968 um Simpósio sobre o Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. Das pastas em discussão, a educação tratou sobre o Plano de Reorganização do Ensino Primário Oficial que ficou sob a responsabilidade de Elio Ceotto (ZUNTI, 2008). As palavras introdutórias do relatório sobre o tema educação denunciavam a situação constrangedora que perpassava o quadro educacional e afirmava ainda que, os problemas educacionais caminhavam atrelados ao comportamento insatisfatório do poder público e da iniciativa privada diante das crescentes necessidades educacionais do povo (ESPÍRITO SANTO, 1968a).

O relatório do simpósio nos permite inferir que a educação primária enfrentava graves problemas. Dentre eles a incapacidade de a rede física acomodar a crescente demanda de escolarização que se agravava com a multiplicação do número de turnos e a superlotação das escolas primárias. A explosão da demanda exigia providências do poder público estadual para atender ao número de matrículas, que se juntava também à falta de qualificação do pessoal docente e às precárias e inadequadas instalações das escolas, principalmente na zona rural (ESPÍRITO SANTO, 1968a).

Diante desse cenário educacional, a gestão de Cristiano Lopes apostou na necessidade de adoção de medidas que visassem a uma solução global para a educação primária no estado. No entanto, os recursos orçamentários não eram suficientes para a total execução do Plano, daí a necessidade dos recursos advindos do Plano Nacional de Educação e do Salário

Educação, ou seja, “[...] a implementação do presente plano fica na dependência de recursos a serem providos pelo governo federal [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1968a, p. 6).

Assim, no decorrer da gestão de 1967 a 1971, foram levadas à prática ações com o propósito de reduzir os problemas educacionais. Conforme o relatório do governo “Um Estado em marcha para o desenvolvimento”, o Espírito Santo tinha o elevado índice demográfico e uma baixa qualidade do ensino, o que contribuía para o agravamento da situação do ensino primário (ESPÍRITO SANTO, 1968b).

De acordo com o documento, o governo investiu em cursos de aperfeiçoamento para o professor de primeira série, bolsas de estudo para professores de primeira série que se aprimorassem fora do estado e se tornassem multiplicadores de seus conhecimentos, cursos para diretores, cursos para professores de Escolas de Aplicação, mudanças no critério de promoção dos alunos, estabelecimento de convênio como o INEP/MEC para execução do Plano Piloto em classes de primeira série na capital, início do serviço de orientação em grupos escolares, organização de classes de recuperação no período de férias para os alunos de baixo aproveitamento e a distribuição dos alunos em classes por idade cronológica (ESPÍRITO SANTO, 1968b).

O relatório registrava também o esforço empreendido por parte do governo no sentido da provisão de maiores oportunidades de educação no nível primário, através do aumento contínuo do nível de preparação do magistério, além da construção de unidades escolares e, do aumento sensível de salas de aula (ESPÍRITO SANTO, 1968b). Dentre as providências tomadas pelo governo capixaba, pontuamos, ainda, a implantação do programa denominado Mobilização Cívica Contra o Analfabetismo (MOCCA), que foi criado para incentivar os trabalhos no ensino primário, subsidiando meios de planejamento e início da construção de unidades escolares em todo o estado, aumentando o número de salas. No entanto, conforme Zunti (2008, p. 59), “[...] a MOCCA terminou por encaminhar as verbas do programa mais para o atendimento à educação de jovens e adultos”.

As ações do governo Cristiano Dias Lopes foram relatadas também no documento “Desafio & resposta: desenvolvimento do estado do Espírito Santo 1967-1970”. O relatório registrou que, em 1966, o número de alunos matriculados no ensino primário era de 178.053 e, em 1970, passou para 304.806 alunos, apresentando um número de matrículas superior em 6% ao índice projetado no Censo Escolar de 1964 (ESPÍRITO SANTO, 1971).

O estudo das fontes oficiais que relatam as ações do governo estadual Cristiano Lopes<sup>8</sup> e o estudo de Zunti (2008) deixam perceptíveis as iniciativas por parte do governo em relação à educação capixaba no final da década de 1960. A autora reforça essa afirmativa constatando que “[...] registra-se que em todos os documentos a que se teve acesso, nunca antes e nunca mais se viu no estado um planejamento e ações subsequentes na educação, tão consistentes, amplos e reais como no governo instalado em 1968” (ZUNTI, 2008, p. 69).

Em contrapartida, a mesma autora solicita a atenção do leitor para o crescimento relatado nas taxas de aprovação no decorrer de tão curto período, pois, mesmo considerando o excessivo esforço das ações do governo estadual, os índices de aprovação no período de 1966

---

<sup>8</sup> Referimo-nos aos seguintes documentos: Simpósio sobre “O desenvolvimento do Estado do Espírito Santo” (1968a), relatórios de governo “Um Estado em marcha para o desenvolvimento” (1968b) e “Desafio & resposta: desenvolvimento do estado do Espírito Santo 1967-1970”.

a 1968 ultrapassaram os resultados que não vinham acontecendo ao longo de décadas na educação primária espírito-santense (ZUNTI, 2008).

Em Santa Teresa (ES), o prefeito Frederico Giuberti assinalou, em seu governo, um período próspero do município, mesmo diante dos agitados tempos da política nacional. Em relação ao Golpe Militar, Biasutti (1994, p. 102) registrou que “a Revolução de 1964, em Santa Teresa, simplesmente não aconteceu”. No mesmo ano da revolução, conforme o Departamento Estadual de Estatística do Estado do Espírito Santo, o município registrou 4.566 matrículas gerais, 4.009 matrículas efetivas e 2.714 aprovações. Considerando o número de alunos que efetivamente frequentaram o ensino primário (matrícula efetiva), no ano de 1964, o município apresentou um índice de aproximadamente 32,3% de reprovações<sup>9</sup> nesse nível de ensino. Tal índice teve seu percentual diminuído no final da década, mais especificamente no ano de 1969, com aproximadamente 28,1% de reprovações para 3.844 matrículas no fim do ano e 2.762 aprovações (ESPÍRITO SANTO, 1967; 1972).

Em se tratando das unidades escolares que ofereciam o curso primário no município teresense, em 1964, o Departamento Estadual de Estatística do Estado do Espírito Santo registrou um quantitativo de 108 escolas, sendo que destas 97 localizavam-se na zona rural, enquanto que, no ano de 1969, o mesmo documento registrou um número de 105 unidades escolares e destas 98 localizadas na zona rural (ESPÍRITO SANTO, 1967; 1972).

Percebemos uma diminuição na quantidade geral de escolas no final da década, no entanto, não obtivemos nenhuma informação nas fontes documentais analisadas que justificasse tal situação. Ao contrário das unidades escolares, o município registrou um mínimo acréscimo no número de docentes, uma vez que, em 1964, havia 140 professores, enquanto que, em 1969, o número de docentes era de 143 (ESPÍRITO SANTO, 1967; 1972).

Contudo, outros setores da administração municipal alcançaram índices significativos como, por exemplo, a produção agrícola. Deu-se início também à obra de asfaltamento da estrada que ligava Santa Teresa (ES) a Fundão (ES), organizou-se a Cooperativa Avi-Hortícola de Santa Teresa (ES), construiu-se o prédio do cinema e foi inaugurado o Hospital Nossa Senhora do Bom Conselho. Assim, em 1965, o município era o quarto contribuinte para os cofres estaduais (BIASUTTI, 1994). O mesmo autor registra que, em 1966, o prefeito se afastou do cargo para concorrer a uma vaga no Legislativo Estadual e o Poder Executivo do município ficou, então, sob a responsabilidade do primeiro Vice-Prefeito teresense, Eugênio Biasutti, que no final do mesmo ano passou a gestão para o prefeito eleito Waldyr de Almeida Loureiro. Esse prefeito administrou Santa Teresa (ES), de fevereiro de 1967 a janeiro de 1971, realizando um governo significativo, com grandes obras no município (BIASUTTI, 1994).

No entanto, mesmo com significativas realizações de obras públicas, o município enfrentou problemas com a rede física e a acomodação da crescente demanda de escolarização no final da década de 1960. Tal situação é verificada nas Atas de Reunião Pedagógica, onde se encontram registrados relatos de professoras solicitando o desdobramento da turma, ou, ainda, a expectativa de poucos resultados positivos no final do ano, devido ao elevadíssimo

---

<sup>9</sup> Esclarecemos que os percentuais registrados foram obtidos através de cálculos que tiveram como base os dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística do Estado do Espírito Santo, considerando o número de matrículas efetivas e aprovações para o ano de 1964 e matrículas no fim do ano e aprovações para o ano de 1969.

número de alunos em sala de aula (ESCOLAS REUNIDAS DE “SÃO ROQUE”, 1964; 1965).

Os entraves que permeavam a escola primária em Santa Teresa (ES) eram muitos e se davam de diversas formas, como a falta de material escolar, a necessidade de docentes de emergência, a falta de recursos suficientes para atender às necessidades da escola, as quais eram supridas com o dinheiro arrecadado através da promoção de eventos, colaboração dos professores e pais de alunos para o Caixa Escolar, dentre outras muitas situações que obstaculizavam o bom funcionamento desse nível de ensino. (ESCOLAS REUNIDAS DE “SÃO ROQUE”, 1966; 1967; GRUPO ESCOLAR “ALMIRANTE TAMANDARÉ”, 1968a).

Não só de obstáculos foi inscrita a história do ensino primário teresense na década de 1960. É datada dessa época ações como a orientação das professoras primárias pelas supervisoras Regionais de Ensino, a implantação das Escolas de Férias, (GRUPO ESCOLAR “ALMIRANTE TAMANDARÉ”, 1968b; 1969), realização de curso de aperfeiçoamento de docentes leigos no Colégio Agrícola de Santa Teresa (ES) (ESCOLAS REUNIDAS “PATRIMÔNIO DE SANTO ANTÔNIO”, 1966), apoio da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES) aos estabelecimentos de ensino primário municipal, criação de bibliotecas nos grupos escolares e enriquecimento de seu acervo através do Programa da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), além do anúncio da chegada do novo currículo para o ensino primário nas escolas do município de Santa Teresa (ES) ao final da década (GRUPO ESCOLAR “VISCONDE DE INHAÚMA”, 1968a; 1968b; 1969).

### **Palavras finais**

Diante do exposto, é pertinente afirmar que significativos avanços e retrocessos vividos na educação no Brasil e no estado do Espírito Santo também se refletiram no município de Santa Teresa (ES). Constatamos, assim, que a educação sempre esteve atrelada ao contexto histórico, político, social, econômico e cultural da época e que, em diversos momentos, o sistema educacional experimentou ações que se efetivaram positivamente, enquanto que, em outros momentos, a educação sofreu retrocessos ficando em segundo plano.

Portanto, percebemos que a educação, mesmo considerando os esforços dos dirigentes em nível nacional, estadual e municipal, sofreu com falta de receita em seu orçamento, desvalorização do magistério, dificuldades físicas e pedagógicas das instituições, altos índices de reprovação e evasão, dentre outros inúmeros acontecimentos que a distanciaram no decorrer dos tempos e ainda a distanciam da compreensão da educação como um direito de todos. Finalizamos, assim, considerando cabíveis as palavras de Zunti (2008, p. 155), quando afirma “[...] que o legal esteve sempre bem longe do real na educação”.

## Referências

### Legislação

BRASIL. Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 dez. 1961. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)>. Acesso em: 4 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm)>. Acesso em: 4 jan. 2012.

SANTA TERESA (ES) (Município). **Lei Municipal nº 382, de 24 de dezembro de 1963**, que orça a receita e fixa a despesa do município de Santa Teresa (ES), para o exercício de 1964. Santa Teresa, 1964. Disponível em: <<http://www.legislacaoonline.com.br/santateresa/images/leis/html/L3821963.html>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

### Relatórios, Mensagens e/ou Discursos e Boletins Informativos do Governo do Estado do Espírito Santo

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959: Lindenberg). **No limiar da esperança**: discurso por ocasião do transcurso do primeiro aniversário de governo. Vitória: [s.n], 1960.

\_\_\_\_\_. Governador (1959: Lindenberg). **Desenvolver para sobreviver**: discurso por ocasião do transcurso do segundo aniversário de governo. Vitória: [s.n], 1961a.

\_\_\_\_\_. Governador, (1963-1966): AGUIAR, Francisco Lacerda de Aguiar. **Boletim Informativo das Atividades Administrativas do Governo do Estado**. Vitória: [s.n], ano 1, n. 3, abr. 1964.

\_\_\_\_\_. Governador, (1963-1966): AGUIAR, Francisco Lacerda de Aguiar. **Boletim Informativo das Atividades Administrativas do Governo do Estado**. Vitória: [s.n], ano 2, n. 4, jan. 1965.

\_\_\_\_\_. Governador (1967-1971: Lopes Filho). **Um Estado em marcha para o desenvolvimento**. Relatório das atividades administrativas, v. 1, Vitória: [s.n], 1968b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1967-1971: Dias Lopes). **Desafio e resposta**: desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, 1967/1970. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.

## **Estudos e Resultados de pesquisa**

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Ensino primário geral 1956/59**. Vitória: Departamento Estadual de Estatística do Conselho Nacional de Estatística IBGE. 1961b.

\_\_\_\_\_. **Ensino primário geral 1958/60**. Vitória: Departamento Estadual de Estatística do Conselho Nacional de Estatística IBGE. 1962.

\_\_\_\_\_. **Ensino primário geral 1962/64**. Vitória: Departamento Estadual de Estatística do Conselho Nacional de Estatística IBGE. 1967.

\_\_\_\_\_. **Ensino primário comum e supletivo 1968/69**. Vitória: Departamento Estadual de Estatística. 1972.

\_\_\_\_\_. **Simpósio sobre O desenvolvimento do Estado do Espírito Santo: educação e saúde**, 1, 1968, Vitória. **Impressos...** Vitória: [s.n], 1968a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA A ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 22, p. 137-140.

## **Documentos internos de escolas primárias**

ESCOLAS REUNIDAS DE “SÃO ROQUE”. **Ata da 1ª Reunião Pedagógica**. Santa Teresa, ES, 8 ago.1964.

ESCOLAS REUNIDAS DE “SÃO ROQUE”. **Ata da 2ª Reunião Pedagógica**. Santa Teresa, ES, 29 abr. 1965.

\_\_\_\_\_. **Ata da 3ª Reunião Pedagógica**. Santa Teresa, ES, 25 jun.1966.

\_\_\_\_\_. **Ata da Reunião Pedagógica**. Santa Teresa, ES, 4 mar.1967.

ESCOLAS REUNIDAS “PATRIMÔNIO DE SANTO ANTÔNIO”. **Ata da 2ª Reunião Pedagógica**. Santa Teresa-ES, 1º abr. 1966.

GRUPO ESCOLAR “ALMIRANTE TAMANDARÉ”. **Ata da 4ª Reunião Pedagógica**. Santa Teresa, ES, 23 set.1967a.

\_\_\_\_\_. **Ata da 1ª Reunião Pedagógica**. Santa Teresa-ES, 4 mar.1968a.

\_\_\_\_\_. **Ata da 2ª Reunião Pedagógica**. Santa Teresa-ES, 30 abr.1968b.

\_\_\_\_\_. **Ata da 6ª Reunião Pedagógica**. Santa Teresa-ES, 25 set.1969.

GRUPO ESCOLAR “VISCONDE DE INHAÚMA”. **Ata da 2ª Reunião Pedagógica**. Santa Teresa-ES, 2 abr. 1968a.

GRUPO ESCOLAR “VISCONDE DE INHAÚMA”. **Ata da Reunião Pedagógica**. Santa Teresa-ES, 31 ago. 1968b.

\_\_\_\_\_. **Ata da Reunião Pedagógica**. Santa Teresa-ES, 29 mai. 1969.

### **Documentos da Câmara Municipal**

SANTA TERESA (ES) (Município). **Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Santa Teresa**. Santa Teresa, ES, 10 mar. 1959.

\_\_\_\_\_. **Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Santa Teresa**. Santa Teresa, ES, 4 abr. 1961.

\_\_\_\_\_. **Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Santa Teresa**. Santa Teresa-ES, 21 ago. 1962.

### **Documentos de Delegacias de Ensino**

DELEGACIA DE ENSINO DE SÃO JOÃO DE PETRÓPOLIS. **Ata da 2ª Reunião Pedagógica**. Santa Teresa, ES, 17 jun. 1961.

\_\_\_\_\_. **Ata da 3ª Reunião Pedagógica**. Santa Teresa, ES, 23 nov. 1963.

DELEGACIA DE ENSINO DE SÃO ROQUE. **Ata da 1ª Reunião Pedagógica**. Santa Teresa, ES, 12 ago. 1961.

\_\_\_\_\_. **Ata da 1ª Reunião Pedagógica**. Santa Teresa, ES, 19 mai. 1962.

### **Obras de apoio**

BIASUTTI, Luiz Carlos. **No coração capixaba: 120 anos de história da mais antiga colônia italiana do Brasil: Santa Teresa – ES**. Belo Horizonte: Barvalle, 1994.

FAUSTO, Boris. O período democrático (1945-1964). In: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 395-443.

FAUSTO, Boris. O regime militar (1964-1985). In: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 463-514.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Tradução de Gizele de Souza. Campinas, v. 1, n. 1, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

MICHAELIS. **Dicionário Online**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: jul. 2011 a mar. 2013.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 19. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SCHWARTZ, Cleonara Maria. **O ensino da leitura e a formação do leitor na escola primária capixaba na década de 1960**: plano de trabalho. Vitória: [s. n.], 2011. Mimeo.

SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo**: estado, interesses e poder. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008a.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi. **Entre o legal e o real**: história da educação no Espírito Santo: panorama retrospectivo da educação primária (1920/1990) e a educação de jovens e adultos (1970/1990). Linhares: Gráfica Rossi, 2008.